



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR GIL MAGNO

LIDO

EM: ____ / ____ / ____

1º SECRETÁRIO

INDICAÇÃO LEGISLATIVA
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCESSO Nº 9720/2021

INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL O ENVIO DE PROJETO DE LEI A ESTA CASA LEGISLATIVA QUE DISPÕE SOBRE A RESERVA DE ASSENTOS PREFERENCIAIS PARA IDOSOS, GESTANTES, PESSOAS COM CRIANÇAS DE COLO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA EM TERMINAIS RODOVIÁRIOS E PONTOS DE PARADA DE ÔNIBUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

O vereador Gil Magno, infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, ouvido o Plenário, INDICA ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a necessidade de PROJETO DE LEI que dispõe sobre a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, pessoas com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus no âmbito do Município de Petrópolis, conforme anteprojeto abaixo:

Art. 1º Fica estabelecida a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, pessoas com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus municipais.

Parágrafo único. Os assentos de terminais e pontos de parada de ônibus municipais deverão estar identificados como reservados para uso preferencial pelas pessoas referidas no *caput* deste artigo.

Art. 2º Na ausência de usuários preferenciais, os assentos serão livres para utilização dos demais usuários.

Art. 3º Tratando-se de norma solidária e de caráter educacional, os infratores serão apenas orientados para a desocupação do assento quando necessário.

Parágrafo único. O Poder Executivo através do Órgão competente, bem como as empresas Concessionárias e/ou Permissionárias, poderão realizar campanhas de conscientização, orientação e educação sobre o uso racional dos assentos.

Art. 4º O disposto no *caput* do art. 1º ficará condicionado às paradas e/ou terminais que disponibilizarem assentos.

Parágrafo único. O Poder Público, ao construir novas paradas ou reformar as existentes, deverá disponibilizar assentos e observar o disposto no caput do art.1º.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que for necessário para sua aplicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa regular os interesses no tocante à proteção e à garantia de acessibilidade a idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência, nos limites exatos das atribuições expressamente conferidas aos municípios pelos Arts. 23, inc. II, e 30, incs. I e II, da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Desta forma, a presente proposição busca promover o atendimento prioritário às pessoas especificadas no texto do projeto para que venham a ter direito a utilizarem assentos preferenciais enquanto aguardam o ônibus na parada. Temos, por diversas vezes, principalmente em horário de pico, as pessoas aguardando o ônibus sem ter onde sentar.

A matéria tratada já encontra preceitos gerais na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”. E, mais recentemente, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – cuida da inclusão da pessoa com deficiência, em seus arts. 3º, 4º e 112. Em seu art. 8º, destaca o dever do Estado de assegurar à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos referentes ao transporte e à acessibilidade, e, em seu art. 46, permite a identificação e a eliminação de todos os obstáculos e de todas as barreiras ao seu acesso, considerando como integrante do serviço de transporte coletivo os terminais, as estações e os pontos de parada:

Art. 46 O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aéreo, etc, em todas as jurisdições, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço.

§ 2º São sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei, sempre que houver interação com a matéria nela regulada, a outorga, a concessão, a permissão, a autorização, a renovação ou a habilitação de linhas e de serviços de transporte coletivo.

Ao dispor em âmbito municipal sobre a matéria, nada mais faz a edilidade do Município de Petrópolis do que exercer a sua competência constitucional para suplementar a legislação federal existente sobre o tema, no sentido de adequá-la à realidade local. Isso porque a proteção e a integração das pessoas com deficiência são de competência legislativa concorrente entre a União e os estados (art. 24, inc. XIV, da CF/88), e, portanto, passível de suplementação no que couber, de modo a concretizar as normas nacionais e estaduais no âmbito municipal.

É importante acompanhar a evolução humana e comportamental através de mudanças e atitudes, já que a população possui uma expectativa de vida bem maior nos dias de hoje. É

notório observarmos nos pontos de ônibus e nos terminais rodoviários, por exemplo, a quantidade de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida por conta até mesmo da situação de vulnerabilidade social e da insegurança alimentar. Fato este, que precisa de uma atenção urgente e especial com a prática de novos hábitos para implantação de uma nova cultura.

Sala das Sessões, 14 de Dezembro de 2021



Gil Magno
Vereador